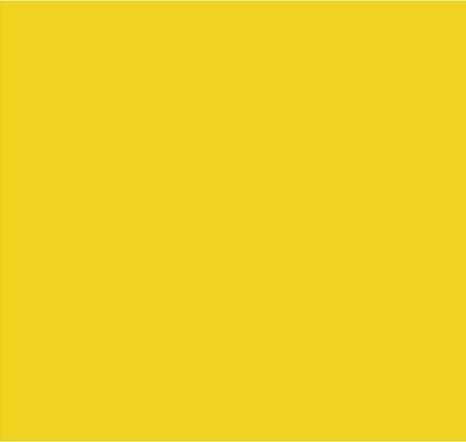


FERNANDO CORREA PRADO

**AINDA SOBRE AS QUESTÕES DO
DESENVOLVIMENTO...**

Recebido em Setembro de 2014
Aprovado em Setembro de 2016



AINDA SOBRE AS QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO...

Resumo

Este ensaio retoma o velho tema do “desenvolvimento” e busca levantar algumas questões para a crítica desta categoria tão vaga quanto onipresente na história do pensamento econômico brasileiro desde meados do século XX. Para tanto, revisa, sumaria e pontualmente, o debate sobre desenvolvimento que se deu no pós Segunda Guerra, considerando-o como parte do projeto geopolítico relacionado com a ascensão dos EUA como potência hegemônica, em conflito e disputa com a URSS. A intenção é situar historicamente a categoria de desenvolvimento, tratando também de enquadrar a controvérsia da dependência em parte como desdobramento e em parte como superação das controvérsias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Dois temas serão destacados nesta revisão a grandes traços: a questão motora por trás das análises desenvolvimentistas em todos seus matizes – “como se desenvolver” – e o estreitamento de seu horizonte utópico, que limitou o avanço de uma questão muito mais pertinente: “o que se desenvolve”.

FERNANDO CORREA PRADO

Professor da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

Palavras-chave: Desenvolvimento; Pensamento Econômico Brasileiro; Brasil contemporâneo.

Classificação JEL: B20

Abstract

This essay revisits the old theme of “development” and seeks raising some questions concerning the critique of this category, as vague as omnipresent in the history of Brazilian economic thought since the mid-twentieth century. To do so, it reviews, summarily and punctually, the controversy on “development”, which took place after the Second World War. It considers that controversy in the context of the geopolitical project related to the rise of United States as an hegemonic power, in conflict and dispute with the USSR. It aims to historically situate the category of development. It also frames the controversy on “dependence”, on one hand as continuity to the controversy of development and, on the other hand, as a way to overcome the controversies on development and underdevelopment. Two major themes will be highlighted in this review: the originating issue behind developmental analyzes in all its shades – “how to develop?” – and the narrowing of its utopian horizon, which has limited the advance of a much more pertinent question: “what is the subject of development?”

El realismo político – el maquiavelismo – vuelve solitario a quien lo practica. Su vida moral se desarrolla en una fase más profunda. Desde el punto de vista moral el realista auténtico es un mártir. Y es, por sobre todas las cosas, un intelectual. Su comportamiento en el seno de una sociedad ciega e irracional se ordenará en una dirección tal que le permita imponer una conducción férrea a la pasividad y a la maldad obstinadas no sólo de los verdugos sino también de las víctimas, y si alguien lo acusa de insensibilidad y de prácticas antihumanas él podrá refutarlo argumentando que, si por las necesidades de su lucha política debe instrumentar a inocentes, no está instando en el mundo la novedad del mal, sino convirtiéndolo a un sufrimiento sin sentido e irremediable en algo que, bajo el triunfo de ciertas circunstancias puede volverse positivo, puede abrir un camino hacia la justicia y hacia la felicidad, vislumbrar la posibilidad de una salida en el seno mismo del tormento.

Y es su propia condición de intelectual lo que lo empuja al realismo. Cuando se lo ha probado todo – el proselitismo, la educación, la comunicación de los libres, la democracia –, cuando la edad de oro de la rebelión ha pasado dejando a los hombres de una nación en la nostalgia, la impotencia y la servidumbre, únicamente unos pocos hombres llevan dentro de sí la llama viva de la revolución, negándose a ser víctimas absolutas. El maquiavelismo es tanto más necesario cuando menos maduras están las condiciones de la revolución y – yo lo diría con alguna vacilación – en su víspera misma y en el periodo de su construcción. Vale decir, en el ámbito del mundo burgués: siempre.

Juan José Saer, *Papeles de trabajo*, s.d.

Introdução

Que história estamos vivendo? Qual é o sentido dos fatos que presenciamos e nos envolvem?

O momento decisivo para a construção de uma resposta a estas perguntas – ou seja, para uma análise sobre o presente – está em escolher o conteúdo que se deve atribuir à narração da história imediatamente anterior aos tempos atuais. E não é exagero dizer que, após a segunda metade do século XX, a palavra “desenvolvimento” marcou definitivamente o conteúdo da narração da história mundial – e, claro está, também da história brasileira.

Considerando tal afirmação como um ponto de partida, este ensaio inicialmente procura situar o “desenvolvimento” na história, primeiro como noção correlata à de “progresso” – sendo esta, provavelmente, a noção mais representativa da modernidade capitalista – e logo como tema organizador da agenda de debate e de políticas públicas após a Segunda Guerra Mundial, o que impulsionou a formação daquilo que ficou conhecido como “economia do desenvolvimento”.

Feito isso, na segunda seção, o foco passa para a América Latina, mantendo no centro a questão do desenvolvimento e as formas em que esta questão foi pensada e superada historicamente. A intenção é apresentar – em grandes linhas e sem pormenores, dada a abundância de bibliografia sobre o tema – os marcos nos

quais se desdobraram as controvérsias do desenvolvimento, do subdesenvolvimento e, em especial, a controvérsia da dependência na América Latina, destacando as características específicas desta última controvérsia no Brasil.

A terceira seção segue nesta linha – isto é, sem fazer uma apurada história das ideias, mas apresentando uma espécie de debate sobre esta história – e argumenta algo pouco marcado nas revisões sobre aquelas controvérsias: que a trajetória específica da controvérsia da dependência no Brasil acabou dando maiores margens para a hegemonia do desenvolvimentismo em todos seus matizes no debate político-intelectual brasileiro. Isso teria levado, também, à renovação recente, ainda que sob novos traços, do economicismo, por um lado, e do politicismo, por outro, característicos do chamado “novo-desenvolvimentismo”.

O ensaio termina com uma reflexão em torno da seguinte questão: o que se desenvolve? Com esta pergunta, busca-se enquadrar melhor o debate teórico necessário para uma análise da conjuntura brasileira recente.

I. A ilusão do desenvolvimento na história

A ideia de desenvolvimento tem sua origem muito antes da segunda metade do século XX. No fundo, e de diferentes formas, trata-se de uma ideia que remonta à própria origem

do sistema mundial capitalista e que deve ser entendida como parte intrínseca da visão de progresso que formou e ainda forma a modernidade capitalista¹. Não por acaso, é possível traçar uma espécie de linha de continuidade entre a economia política clássica e o debate teórico-político que após a Segunda Guerra se tornou conhecido como “economia do desenvolvimento”. Há quem diga, inclusive, que “debates intelectuais completos acerca de como os países poderiam se desenvolver ocorriam já no século XVII. Afinal, o que estava em questão nas políticas proposta que hoje agrupamos sob a rubrica de ‘mercantilismo?’” (WALLERSTEIN, 2006 [1988], p. 124).

Isto posto, é inegável, porém, que “só depois de 1945 – em paralelo com o processo de descolonização asiática e africana – é que, de fato, a ‘geocultura do desenvolvimento’ se transformou num fenômeno universal” (FIORI, 1999, p. 22). Foi ao final da Segunda Guerra Mundial que se estabeleceu todo um enorme aparato de produção de conhecimento e de aplicação de políticas públicas que apresentava o “desenvolvimento” como um fim político praticamente incontestável. Desde então, em quase todas as esferas sociais em que se faz presente, o conceito de desenvolvimento tem sido usado como um tropo, um lugar comum sem definição – ou, o que é o mesmo, com inúmeras definições –, uma palavra arbitrária, que, no entanto, tem um enorme poder político

de mobilização. E se é possível definir uma data específica para esta transformação, esta data seria o dia 20 de janeiro de 1949, quando o então presidente eleito dos Estados Unidos, Harry Truman, proferiu seu discurso de posse.

Em seu discurso, após fazer um apelo anticomunista em defesa da “democracia”, Truman diz que sua política pela paz e a liberdade centrar-se-ia em quatro pontos, dos quais o quarto é o mais importante. Este ponto começa assim: “Quarto: devemos nos envolver em um novo e corajoso programa para tornar os benefícios dos nossos avanços científicos e do nosso progresso industrial acessíveis, visando à melhoria e ao crescimento das *áreas subdesenvolvidas*”. E depois segue: “O *velho imperialismo* – exploração para lucro estrangeiro – não tem lugar nos nossos planos. O que buscamos é um *programa de desenvolvimento* baseado nos conceitos de trato justo e democrático”². Uma mensagem que pode ser entendida como um corolário da Doutrina Truman, de 1947, que visava, obviamente do ponto de vista dos Estados Unidos, “defender o mundo livre” contra a “ameaça” comunista. Mais importante que isso: era a primeira vez que o termo “subdesenvolvido” (“áreas subdesenvolvidas”) entrava em cena na política mundial, e já o fazia como um dos protagonistas, ao lado de “liberdade”, “democracia” e, claro, “desenvolvimento”³.

Segundo Gustavo Esteva (2000, p. 60), “Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo, um eufemismo, que, desde então, passou a ser usado para, discreta ou inadvertidamente, referir-se à era da hegemonia norte-americana”. A contraparte do desenvolvimento era o subdesenvolvimento: “Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas” (*ibidem*). O subdesenvolvimento começou a cumprir o papel semelhante ao que antes era representado pela “barbárie”, pelo “atraso”. E mais. Visto com a distância histórica que o presente oferece e a partir de um olhar mais profundo, a nova dualidade “desenvolvimento” x “subdesenvolvimento” representava um processo de redefinição, sob hegemonia estadunidense, de alguns elementos fundamentais próprios da modernidade capitalista: o humanismo, o individualismo, o progressismo, o industrialismo e o economicismo (ECHEVERRÍA, 2011).

Neste sentido, no contexto do pós Segunda Guerra, teria se reconfigurado o humanismo ou o “universalismo europeu” (na verdade, eurocêntrico)⁴, entendidos como a pretensão de universalizar os próprios interesses e supeditar a realidade do “outro” à sua própria; assim entendido, o humanismo teria como essência a afirmação de uma determinada ordem de civilização (desenvolvimento) sobre aquilo que é moldado como caótico e bárbaro

(as áreas subdesenvolvidas). Em relação ao individualismo – traço comum da modernidade capitalista e suas “robinsonadas” (MARX, 2004 [1857]) –, no pós-Segunda Guerra as “garantias de liberdade individual” foram apresentadas como um elemento central em contraste com a “supressão” das mesmas “liberdades individuais”, uma supressão que seria própria dos governos “totalitários”, que imporiam os “desígnios de uma minoria sobre a maioria”⁵. Convém apontar que, após a derrota do nazismo, na visão estadunidense, tais governos “totalitários” seriam aqueles do campo socialista, aos que logo viriam se juntar os Estados não alinhados.

Ainda mais relevante para a discussão que aqui se propõe são os impactos da redefinição do progressismo, do industrialismo e, principalmente, do economicismo. O progressismo, em termos muito sintéticos, pode ser entendido como um modo de legitimação social em que todos os “dispositivos, práticos e discursivos, que possibilitam e conformam o processo de reprodução da sociedade [...], encontram-se imersos num movimento de mudança imparável que levaria a sociedade do atrasado ao adiantado, do ‘defeituoso ao insuperável’” (ECHEVERRÍA, 2011, p. 59). O progresso seria o aumento da riqueza e, quase como sinônimo, a expansão da liberdade: tal seria o caminho para o aperfeiçoamento da civilização. Um progresso que passa a ser visto, basicamente, como “progresso técnico”, e este

segue sujeitando, agora em escalas nunca antes vistas, a lógica de criação de riqueza social à lógica de acumulação de capital; um progresso que, orientado para a plena urbanização da vida, tende a concentrar ainda mais a produção social moderna em torno da industrialização. E uma industrialização que, no pós-Segunda Guerra e sob hegemonia estadunidense, ocorreu através da integração monopólica dos sistemas de produção em escala mundial (BAMBIRRA, 2012 [1972]). Tudo isso culmina na redefinição também do economicismo próprio da modernidade capitalista, na medida em que tendeu a aprofundar ainda mais a inerente cisão entre o “econômico” e o “político” que se dá no capitalismo ⁶.

Pois bem, todo esse processo de redefinição de traços próprios da modernidade capitalista não significava apenas um problema discursivo ou uma mera forma de apresentar uma nova narrativa histórica – embora, de fato, os termos “civilização” (como contraposição à barbárie) e, em parte, “progresso” (como contraposição ao atraso) tivessem perdido sua inocência após duas guerras mundiais e uma grande depressão econômica. Na verdade, a propagação do objetivo do desenvolvimento tinha por trás um propício pano de fundo.

Neste sentido, vale lembrar que, ao terminar a Segunda Guerra Mundial, despontaram no cenário mundial os Estados Unidos e a União

das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como potências militares e como alternativas sociais distintas. Tratava-se de um período histórico que fechava um ciclo de duas guerras mundiais, entremeadas pela maior crise que o sistema capitalista havia vivido até então, no qual se consolidava a Guerra Fria – particularmente após 1947, com a “cortina de ferro” –, e em que o impulso do crescimento econômico em escala mundial se apresentava novamente, após um longo período de declínio. Frente à emergência de novas nações no pós-Segunda Guerra, junto ao processo de descolonização, era preciso responder à percepção que estas nações manifestavam em relação às enormes desigualdades entre a “riqueza das nações”. E parte dessa resposta foi a *ideologia do desenvolvimento*⁷.

Neste contexto, os aparelhos privados e estatais de hegemonia dos países capitalistas centrais, sob a égide dos Estados Unidos, estimularam e orientaram a produção de teorias sobre o “desenvolvimento”, tendo como foco a superação do “subdesenvolvimento”. Nos países capitalistas centrais, sobretudo no mundo anglo-saxão, formou-se naquele então o que posteriormente seria denominado de “economia do desenvolvimento”, onde se inserem as obras de intelectuais como Arthur Lewis, Paul Rosenstein Rodan, Ragnar Nurske, Colin Clark, Herbert Frankel, Walt Whitman Rostow, entre outros, muitos deles também ligados a instituições de Estado⁸.

Foi neste bojo que a noção de subdesenvolvimento entrou em debate, e a partir desta noção elaborou-se toda uma série de interpretações e receitas para direcionar as chamadas áreas subdesenvolvidas rumo ao desenvolvimento econômico.

Desde então, surgiu uma imensidão bibliográfica da e sobre a “economia do desenvolvimento”, apontando suas teses, suas referências teóricas, suas propostas políticas, seus limites ideológicos. Em lugar de fazer mais uma revisão de todo debate em torno da “economia do desenvolvimento”⁹ – ou mesmo dos chamados “pioneiros” desse debate (MEIER & SEERS, 1985) – e antes de entrar no tema que aqui interessa – isto é, como esse movimento teórico mundial ingressou na América Latina e, em particular, no Brasil, desdobrando-se na controvérsia do subdesenvolvimento e, mais adiante, da dependência – importa ressaltar apenas algumas características genéricas dessa “economia do desenvolvimento”.

Inicialmente, cabe dizer que essas obras da “economia do desenvolvimento” trataram de precisar a noção de desenvolvimento, relacionando-a diretamente ao crescimento econômico, embora nem sempre se limitando a isso. Em suas versões mais vulgarizadas, o desenvolvimento seria entendido como um processo contínuo, onde o subdesenvolvimento representaria uma etapa prévia do desenvolvimento. Ao

mesmo tempo *processo e projeto*, o desenvolvimento seria um horizonte político não apenas necessário, mas também alcançável por todos os países, sempre e quando suas respectivas políticas econômicas fossem adequadas (o receituário variava segundo o diagnóstico). E, em termos gerais, o subdesenvolvimento era visto como ausência de desenvolvimento industrial.

Tratavam também de analisar os obstáculos que as “estruturas arcaicas” ou “atrasadas” das áreas subdesenvolvidas impunham ao desenvolvimento, bem como os meios e “mecanismos” necessários para alcançar o mesmo desenvolvimento. Neste sentido, embora reforçassem a separação entre o “econômico” e o “político”, ressaltavam muitas vezes que o desenvolvimento requeria a “modernização” das condições econômicas, sociais e ideológicas de cada país. O que poderia trazer tensões políticas, daí a necessidade do Estado para mobilizar e planificar racionalmente os recursos de cada país.

Enfim, geralmente supunham que se desenvolver implicava seguir determinadas metas gerais, correspondentes a uma etapa progressiva, cujo modelo era abstraído a partir das características das “economias desenvolvidas”. Em termos metodológicos, o subdesenvolvimento era medido pela “falta” de desenvolvimento e este era representado por uma série de indicadores – produto interno bruto, renda *per capita*, índices de alfabetização, taxas de mortalidade infantil,

esperança de vida, etc. Em muitos casos, adotavam uma metodologia essencialmente descritiva, com pouquíssima capacidade explicativa, gerando no fundo uma tautologia: a economia que apresentasse determinados indicadores era subdesenvolvida e, no inverso, era subdesenvolvida porque apresentava tais indicadores.

Para além das características genéricas dessa “economia do desenvolvimento” que surge no bojo do projeto geopolítico estadunidense do pós Segunda Guerra, o importante aqui é que este “convite” para o desenvolvimento e para a superação do subdesenvolvimento impactou o mundo todo, e em especial a América Latina. De modo que, nestas bandas, a pauta do “desenvolvimento” gerou controvérsias específicas em torno da seguinte questão: “como se desenvolver?”.

II. Controvérsias do passado: ainda sobre a dependência latino-americana

Como foi apontado, após a Segunda Guerra Mundial e, em particular, após 1949, com a consolidação da Guerra Fria e com o processo de descolonização, nasceu uma potente ideologia que redefiniu alguns traços próprios da modernidade capitalista, ideologia esta que esteve norteadada pelas noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento, e que foi espalhada pelo mundo através de diferentes

aparelhos privados e estatais de hegemonia, sob a égide dos Estados Unidos. Entre os meios para a difusão dessa ideologia, estiveram algumas comissões econômicas regionais, subordinadas ao Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, primeiramente com assento na Europa, Ásia e Extremo Oriente (regiões mais afetadas pela Segunda Guerra) e, pouco depois, e não sem resistência, para América Latina, África e Ásia Ocidental (SUNKEL & PAZ, 2004 [1971]).

No caso da América Latina, após o estabelecimento, em 1947, de um grupo de trabalho encarregado de avaliar a possível criação de uma comissão do gênero para a região, em 1948 funda-se a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)¹⁰, vista posteriormente por alguns como “a mais original e ativa entre as várias organizações regionais estabelecidas pelas Nações Unidas no período do pós-guerra” (KAY, 1989, p. 231).

De fato, é possível dizer que “o surgimento de uma corrente estruturada e, sob muitos aspectos, original de pensamento na região [se deu apenas] a partir do *Relatório Econômico da América Latina de 1949*, publicado pela CEPAL em 1950” (MARINI, 1992, p. 70). Neste mesmo tom, também se pode afirmar que, embora a própria CEPAL tenha surgido no bojo da difusão da ideologia do desenvolvimento, suas análises partiram “de um ponto radicalmente

oposto ao da *'development economics'*: começou pela crítica à teoria ricardiana do comércio internacional e acabou produzindo uma verdadeira revolução teórica na discussão do problema do subdesenvolvimento” (FIORI, 1999, p. 28). E assim como a “economia do desenvolvimento” tinha um pano de fundo propício para o seu surgimento, também a CEPAL teve uma base concreta para realizar essa “revolução teórica” – para além do brilhantismo intelectual de suas primeiras e mais importantes figuras teóricas, tais como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Víctor Urquidi, entre outros.

Diferentemente dos novos países que nasciam do processo de descolonização no pós-Segunda Guerra, a América Latina, em sua unidade diversa, já era independente há mais de um século, e contava com um desenvolvimento tipicamente capitalista também de aproximadamente um século, que havia engendrado estruturas capitalistas e Estados consolidados¹¹. Em alguns países mais que em outros – em especial na Argentina, no Brasil, no Chile, no México e no Uruguai –, desde o fim do século XIX e, sobretudo, no período entreguerras, a região viu surgir uma burguesia industrial que, por volta dos anos 1930, acedeu ao bloco de poder, numa situação de compromisso com a oligarquia primário-exportadora.

Vinculada a esta realidade latino-americana, a CEPAL acabou por refletir as contradições intraburguesas, gerando uma sólida base ideológica para aquela burguesia industrial em ascensão. Neste sentido, o pensamento cepalino, embora cumprisse a missão de difundir a ideologia do desenvolvimento, não o fez seguindo os mesmos passos da “economia do desenvolvimento”, o que se deveu à própria conjuntura latino-americana do pós-Segunda Guerra, bastante propícia para o enraizamento e hegemonia do “desenvolvimentismo”¹². Um “desenvolvimentismo” que marcou as análises da CEPAL e fincou seus pilares no estudo da realidade concreta da América Latina.

Portanto, foi a um só tempo derivado do “chamado ao desenvolvimento” dos países capitalistas centrais, sob hegemonia estadunidense, mas também com base no contexto específico latino-americano que a CEPAL levou a cabo uma transformação crucial de toda a discussão sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento, criando propostas, conceitos e variáveis que até aquele momento não faziam parte do repertório de análise sobre a América Latina. Deterioração dos termos de troca, industrialização via substituição de importações, divisão centro-periferia, entre outras noções: todos esses são termos que surgiram das análises da CEPAL e não perderam vigência até hoje¹³. Além disso, a contribuição teórica da CEPAL na primeira

década de seu funcionamento foi determinante no sentido de instituir todo um programa de pesquisa específico sobre a América Latina, inovando também no enfoque metodológico, que logo ficou conhecido como método histórico-estruturalista¹⁴.

Neste sentido, o mais importante da proposta cepalina foi recolocar os termos da discussão, de modo que, embora se mantivesse o horizonte do desenvolvimento e este fosse entendido como “progresso técnico”, tomava-se como ponto de partida a economia mundial capitalista – que se articulava na divisão centro-periferia –, assegurando para o conjunto de suas teses uma validade de princípio, para além das meras descrições¹⁵. Formava-se assim o que poderíamos chamar de “controvérsia do subdesenvolvimento”, na medida em que, nos dizeres de Celso Furtado – escrevendo em 1958 –, o subdesenvolvimento deve ser visto como “um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (2009 [1958], p. 161).

Isto posto, da mesma forma que é imensa a bibliografia sobre a “economia do desenvolvimento” e sobre os postulados da CEPAL, é também enorme a bibliografia sobre a controvérsia do subdesenvolvimento, e não se trata aqui de fazer mais uma revisão dessas controvérsias. Importa destacar apenas que, pese a re colocação

do problema, permanecia, porém, a questão básica sobre “como se desenvolver” e, com ela, mantinha-se a proposta político-ideológica de que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos seria alcançado caso fossem corrigidos os desequilíbrios próprios do comércio internacional, o que implicava na necessidade de industrialização dos países periféricos e subdesenvolvidos (ou “formação de capital”, como propunha Furtado em finais dos anos 1950). Esta industrialização, por sua vez, dar-se-ia com base na intervenção do Estado, mediante uma política de industrialização via substituição de importações, visando, em última instância, internalizar os centros de decisão. O Estado, neste caso, era concebido como uma entidade acima da sociedade, com uma racionalidade própria. Em suma, uma perspectiva e uma proposta que reifica, dentro do contexto específico latino-americano, o progressismo, o industrialismo e o economicismo, próprios da modernidade capitalista.

De todo modo, essa perspectiva e essa proposta foram hegemônicas durante a década de 1950 em toda a América Latina, com especial força no Brasil. No início dos anos 1960, porém, já era evidente que o processo de industrialização não havia gerado os efeitos esperados pelo pensamento cepalino. Pelo contrário: o início da década de 1960, após uma década de “desenvolvimento” e industrialização acelerada, foi marcado pela crise econômica e pelo esgotamento

da chamada estratégia de “industrialização via substituição de importações”.

É também farta a bibliografia em torno às causas “estruturais” do esgotamento do processo de industrialização via substituição de importações, começando pelo texto clássico de Maria da Conceição Tavares sobre o “Auge e declínio do processo de substituição de importações”, divulgado em 1963, no bojo da própria CEPAL. Não cabe aqui resumir os argumentos sobre este processo, que, nos termos do desenvolvimentismo, impunha a “necessidade de transitar para um novo modelo de desenvolvimento, verdadeiramente autônomo (em que o impulso de desenvolvimento surja dentro do próprio sistema)” (TAVARES, 1975 [1963]).

O importante, no que diz respeito ao debate político-intelectual da época – ou seja, em relação às controvérsias que se apresentavam pela própria história –, é que as contradições derivadas do processo de industrialização na América Latina e as consequências sociais por ele geradas fizeram com que a própria CEPAL reorientasse seu desenvolvimentismo original, passando a enfatizar a necessidade de profundas reformas. Talvez demasiado tarde, pois, com a Revolução Cubana em 1959 e sua consolidação como processo socialista em 1961, a região entrava num período marcado por aquilo que György Lukács chamou, para outro

contexto histórico, de “atualidade da revolução” (2012 [1924]). Nesta conjuntura, a história latino-americana abria-se não apenas em relação aos caminhos para o “desenvolvimento”, mas também em relação ao questionamento do próprio desenvolvimento capitalista como horizonte. Uma história que logo seria marcada pela contrarrevolução⁶, na qual dois episódios são especialmente importantes para o que nos interessa: os golpes civil-militares no Brasil em 1964 e no Chile em 1973.

No período entre o golpe de 1964 e o golpe de 1973, como desdobramento e superação da controvérsia do “subdesenvolvimento”, cada vez mais as análises sobre a América Latina passaram a utilizar a categoria de dependência para caracterizar a especificidade do “subdesenvolvimento” da região ou mesmo do próprio desenvolvimento capitalista na região. Se, ao final da Segunda Guerra, a questão do desenvolvimento havia sido colocada no centro do debate mundial, com impactos significativos para a esfera política e intelectual da América Latina – o que se expressou na controvérsia do subdesenvolvimento –, a partir de meados de 1960, o mote da dependência começou a ganhar espaço, tornando-se uma categoria em disputa, carregada de diferentes matrizes teóricas e políticas. E isso se deu também com base numa conjuntura propícia pela qual passava a América Latina – uma conjuntura que, entre tantas expressões, vivia o impacto da Revolução Cubana; no Brasil, era

palco da ideologia nacional-desenvolvimentista, encampada pela burguesia industrial; assistia a ascensão das lutas de massas, interrompida no Brasil pelo golpe civil-militar de 1964, que forçou o exílio de vários intelectuais, muitos deles no Chile, país este que, por sua vez, logo viveria a chegada de Salvador Allende e da Unidade Popular ao poder (até o golpe em 1973), sendo ainda o país sede da CEPAL e também do *Centro de Estudios Socioeconómicos* (CESO) da Universidade do Chile, dois núcleos importantes que concentraram uma série de intelectuais dedicados à análise do subdesenvolvimento e da dependência; tudo isso numa América Latina que também foi protagonista das lutas travadas mundialmente em 1968¹⁷.

Foi nesta conjuntura que, ao final dos anos 1960 e início dos 1970, a disputa político-ideológica pela caracterização da América Latina – a partir da qual se orientaria determinada proposta política – gerou também uma imensidão de escritos, agora tendo como centro a categoria da dependência – tal como havia ocorrido em seu momento com a “economia do desenvolvimento” e a controvérsia do “subdesenvolvimento”. É até possível dizer que, entre meados 1960 e meados de 1970, não houve quem analisasse a América Latina sem passar pelo tema da dependência. Ou, em outras palavras, “não há dúvida [...] de que foram as teorias da dependência que interpretaram mais fielmente o clima político

e intelectual latino-americano dos anos 1960” (FIORI, 1999, p. 30).

Esse clima político e intelectual latino-americano dos anos 1960 fez com que, a partir da categoria de dependência, diversos intelectuais destacassem alguns temas e pressupostos fundamentais (MARINI, 1993): i) a dependência era vista como uma relação estrutural que ligava o desenvolvimento e subdesenvolvimento; portanto, quanto mais desenvolvimento capitalista, mais dependência (daí a fórmula de Andre Gunder Frank: “desenvolvimento do subdesenvolvimento”)¹⁸; ii) o imperialismo não era um elemento externo, mas constitutivo da dependência, de modo que, para romper com a dependência, era preciso enfrentar o imperialismo, o que relacionava a luta anti-imperialista com a luta anticapitalista; e iii) na medida em que a dependência era uma relação estrutural, não existia apenas uma dependência externa, mas, sim, uma articulação de classes internas que mantém e se beneficia da dependência. Esse seria, por assim dizer, o mínimo múltiplo comum das inúmeras análises produzidas em torno da categoria de dependência. Entre esses pontos em comum, convém destacar também que a controvérsia da dependência, em sua gestação, esteve “vinculada a Lenin e à teoria do imperialismo”, sendo que “Marx foi [sendo] assimilado apenas progressivamente” (MARINI, 1993, p. 29).

Além disso, e este é um ponto que se busca destacar neste ensaio, contribuíram – uns mais, outros menos – para avançar no sentido de analisar já não mais “como se desenvolver” dentro do sistema mundial capitalista, mas como este mesmo sistema “se desenvolve” através de uma articulação desigual entre os países imperialistas e os países dependentes.

Pois bem, não obstante esses temas em comum, e até mesmo a recorrência à controvérsia do imperialismo, as características específicas da “situação” ou da “estrutura” de dependência foram entendidas de diferentes formas, assim como diferentes projetos se apresentavam para sua superação. Neste sentido, não há dúvida de que “não houve uma, mas várias teorias da dependência, e que cada uma apontava para projetos políticos e estratégias econômicas completamente distintas” (FIORI, 1999, p. 30).

A meu ver, e em contraste com inúmeras formas de apontar as variadas posições entre os diversos autores que permearam a controvérsia da dependência¹⁹, o critério básico que permite situá-los é a pergunta que subjaz cada interpretação. Alguns mantinham a pergunta própria do desenvolvimentismo: como se desenvolver dentro do sistema mundial capitalista? Para outros a questão era: como revolucionar este sistema rumo ao socialismo?

Ao tomar como critério a diferença entre as perguntas motoras dentro da controvérsia

da dependência, fica mais fácil perceber como esta controvérsia formou-se, em parte, com base no processo “interno” de crítica ao desenvolvimentismo e, em parte, como aprofundamento das críticas que suscitava a estratégia política dos partidos comunistas latino-americanos, que naquele então visavam a revolução nacional-democrática ou democrático-burguesa, privilegiando uma concepção por etapas e a colaboração de classes, na linha estabelecida pela então III Internacional. Neste sentido, também fica mais fácil notar que parte das análises sobre a dependência foi elaborada em organismos internos à própria CEPAL (em especial o Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social – ILPES – onde foi escrito *Desenvolvimento e dependência na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto), enquanto que as análises mais ligadas à nova esquerda latino-americana, tendo se concentrado no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Universidade do Chile, direcionavam seus escritos para as organizações revolucionárias da região. Por isso dissemos antes que a controvérsia da dependência pode ser entendida como *desdobramento e superação* da controvérsia do subdesenvolvimento: alguns reatualizaram a questão do desenvolvimentismo, enquanto outros trataram de superá-la, retomando criticamente a herança do comunismo.

De todo modo, o importante aqui é que foi aquela diferença entre as perguntas que, durante as décadas de 1970 e 1980, selou a sorte da trajetória dessa controvérsia na América Latina, o que se deu com especial força no Brasil. Com isso, houve um passo atrás em outra questão pendente: o que se desenvolve?

III. Questão pendente: o que se desenvolve?

É parcialmente correto dizer que “o fracasso do projeto reformista chileno e o progressivo esvaziamento, nos anos 1970, da guerrilha socialista latino-americana, deram um destaque político crescente à [...] vertente da escola da dependência [...] cristalizada à volta da obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, publicada em 1970 por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto” (FIORI, 1999, p. 33). Parcialmente correto, pois não destaca a relação entre, por um lado, o “fracasso” da via chilena ao socialismo e o “esvaziamento” da luta revolucionária e, por outro, a forma como se deu a controvérsia da dependência no Brasil.

Também parcialmente correto é afirmar que, “assim como o golpe militar de 1964, no Brasil, precipitou a crise do desenvolvimentismo e abriu caminho para a afirmação da teoria da dependência, a derrota da Unidade Popular no Chile, em 1973, impactou negativamente esta última” (MARINI, 1992, p. 91). Uma afirmação

também parcialmente correta, pois, no Brasil, o impacto negativo não se deu em toda “teoria da dependência”, mas apenas naquela vertente cuja pergunta motora era como transformar o sistema²⁰.

No plano político-ideológico brasileiro, em particular no que diz respeito à controvérsia da dependência, o “destaque político” da obra de Fernando Henrique Cardoso – mais do que a de Enzo Faletto – contribuiu para reatualizar a questão sobre “como se desenvolver”, na medida em que apagou do debate nacional aquelas contribuições ligadas ao marxismo e à luta revolucionária na América Latina²¹. Junto a isso – ou talvez por isso –, durante a década de 1970, a leitura particular de Fernando Henrique Cardoso sobre a “situação de dependência” e sobre a própria controvérsia da dependência foi sendo facilmente absorvida, com críticas pontuais, pelas análises derivadas do debate histórico-estruturalista da CEPAL. Apenas levando isso em conta é possível afirmar com precisão que “na segunda metade dos anos 1970, a tese sobre a viabilidade do desenvolvimento capitalista a partir de condições iniciais de dependência encontrou um outro desdobramento teórico e político, diferente do que lhe deu Cardoso através de seus estudos cada vez mais centrados na análise e crítica dos aspectos políticos autoritários do desenvolvimentismo brasileiro [...] Deu-se no campo estritamente econômico através de

uma releitura do pensamento estruturalista e de suas estratégias econômicas [...] e que desembocou na chamada ‘teoria do capitalismo tardio’” (FIORI, 1999, p. 34). Uma teoria cujo “novo objeto central de preocupação e pesquisa voltou a ser predominantemente ‘endógeno’: a questão da ‘internalização dos mecanismos de acumulação de capital’ ganha destaque frente às relações de dependência externa, que fora a tônica dos trabalhos críticos da década anterior” (*ibidem*, p. 35).

O contexto brasileiro era certamente propício para certo “endogenismo” analítico. A meados da década de 1970, abria-se uma nova ofensiva da ditadura militar, que se refletia na esfera política e ideológica. Após 1968, com a consolidação da supremacia da burguesia monopolista internacionalizada e frente à crise do início da década de 1970, a ditadura militar passou a buscar uma afirmação tanto interna, como no plano internacional²². Por trás desse movimento, estava a crise dos países capitalistas centrais, evidente a partir da crise do petróleo em 1973, expressa também na agudização da concorrência interimperialista entre os grandes centros – Estados Unidos, Europa Ocidental e, particularmente, Alemanha e Japão –, o que alterou as condições em que se estabelecia a política externa da América Latina (MARINI, 1993).

No Brasil, a ditadura militar, pautando um vigoroso projeto de afirmação interna e expansão externa, abandonou o alinhamento automático com os Estados Unidos (mediante a diplomacia do “pragmatismo responsável”), ao mesmo tempo em que tratou de conseguir acesso a tecnologias que ainda não dominava, como no caso do acordo com a Alemanha em relação à tecnologia nuclear, em 1975. Também exacerbou sua expansão na América do Sul, em particular na Bolívia e no Paraguai. Nesta mesma linha, a ditadura militar implementou, em 1974, o tão discutido II Plano Nacional de Desenvolvimento, que, mantendo o sistema financeiro privado como principal fiador, priorizava o aumento da capacidade energética e da produção de insumos básicos e de bens de capital, além de reforçar a noção e o objetivo do “Brasil Potência”²³.

Passando ao plano político-intelectual, é preciso destacar também que, após a vitória da contrarrevolução e a onda repressiva na América Latina durante a década de 1970, consolida-se a política cultural dos Estados Unidos para a região, cujo eixo central seria “a degradação do ensino universitário, paralelamente à criação de uma ultra-universidade, centrada em cursos de pós-graduação, que tinham sua principal sustentação em acadêmicos norte-americanos

e, secundariamente, europeus; posteriormente, em nacionais treinados nos grandes centros” (MARINI, 1992, p. 98)²⁴.

Neste quadro, foram surgindo no Brasil renovadas correntes teóricas, que, como já foi dito, haviam incorporado a controvérsia da dependência apenas pela vertente defendida por Fernando Henrique Cardoso – uma via que mantinha a questão de “como se desenvolver”, porém oferecia outras alternativas para isso: através do “desenvolvimento associado”²⁵. As novas correntes teóricas que surgem da releitura do pensamento estruturalista absorvem criticamente essa vertente da controvérsia da dependência, tomando ainda aquela mesma questão de “como se desenvolver”, mas, agora, atualizando-a para o novo contexto, no qual se resgata a antiga proposta de um desenvolvimento capitalista mais “autônomo”. Neste sentido, chama atenção a forma como a “nova agenda crítica do desenvolvimento brasileiro” se pautou mais uma vez por aquilo que faltava para o Brasil se desenvolver, sublinhando principalmente “os problemas decorrentes da não centralização do capital; da inexistência de um sistema de financiamento endógeno e industrializante; da não calibragem estratégica da política industrial; da ausência de uma política comercial externa mais agressiva; da altíssima concentração da renda e da propriedade territorial agrária e urbana e dos ‘pés de barro’ em que se sustentava o

projeto de ‘potência emergente’” (FIORI, 1999, p. 35). Claramente uma agenda no negativo, que apontava para aquilo que ainda deveria ser feito para o Brasil se desenvolver e então, com pés bem plantados, tornar-se uma potência.

Após a derrota militar e política da esquerda revolucionária – e de sua eliminação do âmbito intelectual brasileiro –, o renovado desenvolvimentismo, mais encorpado (incorporando analiticamente as obras de Marx, Hilferding, Steindl, Keynes, Schumpeter, Kalecki, entre outros), apresentou questões até então incômodas para a ditadura militar, tal como, por exemplo, o caráter extremamente concentrador daquele “modelo de desenvolvimento”; produziu inúmeros trabalhos de grande importância para a compreensão do chamado “padrão de desenvolvimento” ou “padrão de acumulação” brasileiro; reinterpretou seu particular “capitalismo tardio” e seus ciclos econômicos endógenos em comparação com outros “capitalismos tardios”; analisou a fraqueza ou fortaleza do Estado desenvolvimentista; e difundiu análises específicas sobre a economia mundial e a crise da década de 1970. Mas tudo isso à custa de deixar de lado não apenas a questão nacional (SAMPAIO JR., 1999), mas também todo o debate sobre o imperialismo – embora se falasse de “capitalismo monopolista de Estado” –, tratando a economia e o Estado brasileiros em suas especificidades, porém sem relacioná-los

adequadamente com seu papel na América Latina e sem analisar “numa mesma cápsula” o “desenvolvimento” do Brasil como parte do desenvolvimento do sistema mundial capitalista – algo presente, por exemplo, na concepção da categoria de “subimperialismo”, formulada por Ruy Mauro Marini já nos anos 1960²⁶.

Em termos mais gerais, esse movimento teórico de renovação do desenvolvimentismo parece ter contribuído também para um retorno ao economicismo – próprio da questão sobre “como se desenvolver” –, um economicismo que na batalha das ideias andava lado a lado com o politicismo presente nas análises sobre o chamado “Estado burocrático-autoritário”²⁷. Mais importante que isso, esse movimento teórico atualizaria fortemente a agenda no negativo: uma agenda que foi pautada pelas “tarefas em atraso” para alcançar a grande “tarefa em atraso” do desenvolvimento capitalista – no caso, tais tarefas passariam, entre outras medidas, por rearticular o pacto de poder de modo a eliminar os constrangimentos políticos derivados de uma atrofia da burguesia nacional e expressos num Estado limitado por compromissos conservadores, ao ponto de que os chamados projetos prussianos particulares do Brasil deixassem de ser uma “caricatura” para não mais “fracassar” na condução do Estado rumo aos “nossos destinos, como potência capitalista”²⁸.

De todo modo, essas “tarefas em atraso” seriam disputadas e momentaneamente varridas da agenda político-intelectual do Brasil já na década de 1980, com a crise da dívida externa, abrindo espaço para a agenda neoliberal, que desde a década de 1970 permeava o mundo todo e apresentava outras tarefas, agora no quadro da então chamada “globalização”. O Brasil, em particular, foi sacudido por uma crise múltipla, marcada por quatro choques fatais: “elevação das taxas de juros internacionais; recessão na economia mundial; deterioração dos termos de troca e interrupção do financiamento externo depois da moratória mexicana” (FIORI, 2003, p. 184).

É difícil sintetizar o grau das transformações que se deram no plano ideológico em todo o mundo e, em particular, no Brasil desde o final da década de 1970 e, sobretudo, após a década de 1980. No que se refere ao debate político-intelectual, em particular no debate interno daquilo que se convencionou chamar de “ciência econômica”, se somamos essa derrota mundial à anterior derrota nacional – e regional – da esquerda revolucionária de horizonte socialista – o que obviamente também se refletiu no âmbito intelectual brasileiro –, fica mais fácil entender como “logo depois do Cruzado, e durante a década de 90, a crise socialista e a avalanche neoliberal arquivaram todo e qualquer tipo de debate desenvolvimentista” e como o chamado “desenvolvimentismo de esquerda” estreitou

tanto o seu ‘horizonte utópico’, que acabou se transformando numa ideologia tecnocrática, sem mais nenhuma capacidade de mobilização social” (FIORI, 2012).

De todo modo, não se pode esquecer que, no plano do pensamento econômico brasileiro, a linha desenvolvimentista manteve-se como polo de resistência crítica nos anos 1990, um período em que no “plano teórico [se deu lugar] à hegemonia da crítica neoliberal do ‘desenvolvimentismo’ e no plano prático à substituição do projeto de construção de uma ‘potência emergente’ pelo de transformação do país num ‘mercado emergente’” (FIORI, 1999, p. 36). Visto esse movimento desde a atualidade, e passando o foco nas questões que hoje em dia se apresentam, é interessante observar que a crise da dívida da década de 1980 e a ofensiva neoliberal dos anos 1990, a um só tempo, evidenciaram os limites de certo “endogenismo” e mesmo do economicismo da análise do desenvolvimentismo renovado, mas também deixaram os elementos para seu *desdobramento* e tentativa de superação, o que se daria, em diferentes sentidos, a partir da conjuntura que abriu o século XXI na América Latina, uma conjuntura que recolocou, sob novos marcos, o velho debate em torno do desenvolvimento.

Conclusão: novas perguntas?

Já em 1999, era possível afirmar que estava “voltando a ocupar lugar de destaque na agenda político-econômica mundial a velha questão do ‘desenvolvimento’ dos países atrasados ou, noutra chave, da distribuição desigual de riqueza entre as nações” (FIORI, 1999, p. 11). E este diagnóstico de 1999 ainda apontava corretamente: “O mais provável é que [as economias latino-americanas] retomem, em algum momento, o caminho do desenvolvimento. Mas primeiro será necessário superar a hegemonia liberal que bloqueou o pensamento político-econômico latino-americano e *recolocar as perguntas capazes de reanimá-lo e reimpulsioná-lo na direção de novas ideias e pesquisas, de novo conceitos e projetos*” (*ibidem*, p. 40; itálica nossa). De fato, a conjuntura da primeira década do século XXI contribuiu muito para superar a hegemonia liberal, de modo que, se no final do século passado aquela “velha questão” do desenvolvimento despontava no debate público mundial, no início do século XXI “o debate histórico sobre a viabilidade e os caminhos do desenvolvimento econômico nacional” tornou-se praticamente hegemônico na América Latina, no embalo do que se chamou genericamente de “virada à esquerda” da região.

Por certo, na América Latina, com a chegada ao poder de governos cuja plataforma se identificava, de forma mais ou menos orgânica,

com as lutas populares e de resistência que surgiram contra os efeitos do neoliberalismo, havia um propício contexto para aquela “volta à questão da riqueza de algumas nações”²⁹. Neste contexto, especialmente no Brasil e na Argentina, surgiu a proposta político-teórica do “novo-desenvolvimentismo”, que pode ser vista, dentro da história do pensamento econômico, como um *desdobramento* da renovação desenvolvimentista das décadas de 1970 e 1980³⁰. Vistos neste panorama, os arroubos novo-desenvolvimentistas representam, em grande medida, a continuidade de uma postura já presente anteriormente nos meios políticos e intelectuais brasileiros e que ganhou força com a nova conjuntura mundial e regional – mantendo, claro está, a questão sobre “como se desenvolver”, embora de forma cada vez mais economicista. E, no fundo, o novo-desenvolvimentismo representa igualmente uma “decadência ideológica” (CASTELO, 2012) ou um rebaixado desdobramento do velho desenvolvimentismo, mantendo suas debilidades centrais, não apenas porque o “neo-desenvolvimentismo’ acaba repetindo os mesmos erros teóricos do passado e propondo um conjunto de medidas ainda mais vagas e gelatinosas do que já havia sido a ideologia nacional-desenvolvimentista dos anos 50” (FIORI, 2011)³¹, mas sobretudo porque, “com relação ao papel do estado, o ‘neo-desenvolvimentismo’ propõe que ele seja

recuperado e fortalecido, mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações” (*ibidem*)³².

Pois bem, a controvérsia do novo-desenvolvimentismo, embora tenha sido efêmera, gerou grande quantidade de bibliografia, de debates, de análises, de propostas, etc., e não cabe aqui uma análise mais detalhada sobre ela. Para a história a grandes traços do pensamento econômico brasileiro que este ensaio procurou até aqui esboçar, interessa destacar que a crise do desenvolvimentismo na década de 1980 não apenas gerou o novo-desenvolvimentismo como desdobramento do desenvolvimentismo em outro contexto, mas também se expressou no plano intelectual como uma *tentativa de superação* deste programa, o que se deu em diferentes sentidos, e um deles foi em torno ao debate sobre a retomada da hegemonia estadunidense.

A pergunta sobre a crise da hegemonia estadunidense não era nova. Sua origem remonta à década de 1970, em consonância com a “crise do dólar”, o fim do regime monetário de Bretton Woods, a (re)emergência da Alemanha e do Japão – apesar da (e devido à) própria atuação dos Estados Unidos –, a derrota deste país no Vietnã, a “atualidade da revolução” dos anos 1960 e

do simbólico marco de 1968, entre outros vários processos históricos do período. Na década de 1980, a pergunta sobre a crise da hegemonia americana seguiu presente do debate intelectual, permeada por diferentes posições teóricas e políticas, mas essa mesma pergunta perdeu sentido e saiu de pauta nos anos 1990, com a queda da URSS e o início da época dos consabidos “Consenso de Washington”, “fim da história”, “neoliberalismo”, etc. – palavras que resumem precariamente um momento em que o mundo viveu “sob a égide de uma única superpotência, a mesma que se transformou no carro-chefe das mudanças econômicas que alteraram a face do capitalismo mundial, nas duas últimas décadas do século XX” (FIORI, 2001, p. 11).

Sem entrar na história intelectual do debate sobre a “crise da hegemonia americana”, importa que, a meados dos anos 1980, quando tal preocupação circulava pela esfera político-acadêmica mundial, pautando-se por certo consenso em torno à crise da hegemonia estadunidense – especialmente no universo anglo-saxão e apesar das variadas matrizes teóricas –, no Brasil, outra perspectiva adentrou o debate e rapidamente ganhou espaço acadêmico, afirmando que o mundo assistia à “retomada da hegemonia americana”. Assim se titulava o artigo que Maria da Conceição Tavares publicou em 1985 e reeditou em 1997 (com um pós-escrito sobre a “reafirmação da hegemonia americana”), abrindo então um novo programa de pesquisa

e uma nova abordagem em “economia política internacional” que, ademais de focar a geopolítica e geoeconomia “desde a periferia”, buscava sublinhar em suas análises a imbricada relação entre o poder das armas e o poder do dinheiro – reconhecendo a “importância que sempre tiveram os sistemas de poder interestatal e os padrões monetários internacionais para os desenvolvimentos econômicos nacionais” (FIORI, 1999, p. 41) e mantendo a consideração comum sobre a necessidade de compreender o poder global dos Estados Unidos e seus impactos sobre a periferia do sistema, em particular sobre a América Latina³³.

Não é o caso de decifrar os vários pontos de partida comuns e as diferenças específicas entre cada autor(a) que participa ou participou desse programa de pesquisa. Interessa ressaltar apenas que, nesse percurso, e em diferentes graus, foi recolocada uma pergunta capaz de reanimar o pensamento político-econômico latino-americano e reimpulsioná-lo “na direção de novas ideias e pesquisas, de novos conceitos e projetos”. Nem sempre de forma homogênea, consensual, explícita ou mesmo consciente, a nova pergunta que entrou em cena foi: “o que se desenvolve?”. Tendo por trás esta questão, uma nova perspectiva sobre a origem, expansão e funcionamento do sistema interestatal capitalista foi tomando corpo, condensada particularmente nos textos de José Luís Fiori³⁴. Mantendo o diálogo com algumas raízes compartilhadas

dentro daquele programa de pesquisa, mas também partindo de um leque diferenciado e particular de fontes teóricas – entre elas a controvérsia do imperialismo –, Fiori tem exposto uma visão articulada sobre a origem, o funcionamento e a estrutura do “sistema interestatal capitalista”.

A questão sobre “o que se desenvolve” possibilita evitar a circularidade (própria das construções ideológicas e da confusão entre processo e projeto) da antiga questão sobre “como se desenvolver”. Como vimos, esta última questão tende a cair numa constante redução do “horizonte utópico”, reificando a sociedade capitalista, o que, por sua vez, leva ao economicismo e/ou ao politicismo das análises, na medida em que o “desenvolvimento” passa a depender, em última instância, do acerto no manejo das políticas econômicas ou da capacidade política de articulação nacional entre classes sociais antagônicas em torno de um projeto específico, que em geral é apresentado como o próprio processo de “desenvolvimento” (capitalista, evidentemente).

Contudo, a pergunta sobre “o que se desenvolve” não necessariamente evita aquela circularidade, pois pode estar ligada a outras “tarefas em atraso”, já não subordinadas ao “desenvolvimento”, mas à própria atitude “realista” pautada pelos “imperativos” do sistema interestatal capitalista, que, no caso, colocaria a questão de como se manter e

ascender dentro deste sistema – dado que, como se costuma dizer desde um ponto de vista realista, lembrando Norbert Elias: “quem não sobe, cai” no sistema interestatal. Com outra forma e outra questão, dependendo de como está apresentada, tal postura tende a reduzir novamente o “horizonte utópico” – ou a “crítica implacável, impiedosa de tudo que existe”, tal como propunha Marx – como fundamento da atividade intelectual em conjunto com a práxis³⁵. Neste sentido, mesmo que se avance no entendimento sobre o desenvolvimento do sistema interestatal capitalista, a possibilidade do Brasil “projetar seu poder e sua liderança fora de suas fronteiras sem seguir o figurino tradicional das grandes potências” (FIORI, 2013) também remete àqueles mesmos questionamentos: em nome de quem, para quem e para quê?

Sem tais questionamentos, o “horizonte utópico” retorna ao realismo, o que, por sua vez, pode gerar problemas para uma análise da conjuntura atual, que necessariamente deve se manter aberta às possibilidades da história. Além disso, pode nublar igualmente a retomada das respostas e, mais importante, das perguntas feitas em seu momento por aqueles que, tratando de construir a revolução socialista e disputando a estratégia correta para a revolução na América Latina, também interpretaram o desenvolvimento do sistema mundial capitalista “desde a periferia”. Isso nos leva a articular

algumas controvérsias atuais com aquele pensamento – passado e presente – cuja prática renova a “atualidade da revolução” e, com isso, em lugar de reduzir, amplia ainda mais o “horizonte utópico”.

Neste quadro, algumas controvérsias da conjuntura recente – novo-desenvolvimentismo e expansão geopolítica do Brasil, por exemplo, que neste momento já parecem tão distantes – ganham outros contornos, podendo ser analisadas a partir de outras problemáticas. Estes outros contornos permitem recolocar no debate – também, por exemplo – o tema da crítica à estratégia democrático-nacional e sua possível relação com a crítica à estratégia democrático-popular e seu atual esgotamento, ou então o tema da configuração contemporânea daquilo que, em seu momento, foi denominado de subimperialismo brasileiro, vinculando esses temas (entre outros) à superexploração da força de trabalho na América Latina. Temas estes que se apresentam na atualidade em setores da esquerda no Brasil e que, para serem apreendidos totalmente, exigem, dentro da pequena trincheira da “batalha das ideias”, uma outra história do pensamento econômico brasileiro, que supere a ideologia do desenvolvimento – e seu correlato – a hegemonia desenvolvimentista –, retomando a questão sobre o que se desenvolve, articulando-a sempre com as questões do poder e das estratégias de transição socialista.

Bibliografia

- ARICÓ, José. *Nueve lecciones sobre economía y política en el marxismo*. México DF: Fondo de Cultura Económica/El Colegio de México, 2012.
- ARRIGHI, Giovanni (ed.), *Semiperipheral development: the politics of southern Europe in the twentieth century*. Beverly Hills: Sage, 1985.
- _____. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
- BAMBIRRA, Vânia. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México DF: ERA, 1978.
- _____. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Ed. Insular/IELA, 2012.
- BEIGEL, Fernanda. “Dependency Analysis: The creation of New social Theory in Latin America.” In: PATEL, Sujata (ed.), *The ISA Handbook of Diverse Sociological Traditions*. London: Sage, 2010.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000a.
- _____. (org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: CEPAL/Record/Corecon, 2000b.
- _____. “Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano.” In: *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Do ISEB da CEPAL à teoria da dependência.” In: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. São Paulo: Editora Revan, 2005.
- Borón, Atílio. “Duro de matar: el mito del desarrollo capitalista nacional en la nueva coyuntura política de América Latina.”, *Memoria*, nº 218, México, 2007.
- CASTELO, Rodrigo. “O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.”, *Serviço Social e Sociedade*, nº 112, outubro-dezembro de 2012.
- _____. “O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar.” In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia*. São Paulo: Ed. Cortez, 2012b.
- CORBRIDGE, Stuart (Ed.), *Development: critical concepts of social sciences*, V.1. London: Routledge, 2002.
- CORREA PRADO, Fernando. “História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil”, *Revista Comunicação & Política*, vol. 29, nº2, maio-agosto de 2011.

_____. *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ, 2015.

CORREA PRADO, Fernando & CASTELO, Rodrigo. “O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo”, *Revista Pensata*, vol. 3, n. 1, 2013.

COWEN, Michael & SHENTON, Robert. “The invention of development.” In: CORDBRIDGE, Stuart (ed.). *Development: critical concepts of social sciences*, V.1. London: Routledge, 2002.

CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México DF: Ed. Siglo XXI, 1979.

DE PAULA, João Antonio. *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ECHEVERRÍA, Bolívar. *Discurso crítico y modernidad*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2011.

ESTEVA, Gustavo. “Desarrollo” In: SACHS, Wolfgang (ed.). *Diccionario del desarrollo*. Un guía del conocimiento como poder. Lima: PRATEC, Lima, 1996.

FELDMANN, Daniel. “Construção retomada?”, 2013. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/158571298/artigo-construcaoretomada>>

FIORI, José Luis. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro: Ed. Insight, 1995.

_____. “Introdução. De volta à questão da riqueza de algumas nações.” In: FIORI, José Luis (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. “Introdução: Depois da retomada da hegemonia.” In: FIORI, J. L. & MEDEIROS, C. *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. “A miséria do ‘novo-desenvolvimentismo” In: *Valor Econômico*, 30 de novembro de 2011.

_____. “O desenvolvimentismo de esquerda” In: *Valor Econômico*, 29 de dezembro de 2012.

_____. “Brasil, geopolítica e desenvolvimento” In: *Valor Econômico*, 31 de julho de 2013.

FIORI, José Luis & TAVARES, Maria da Conceição (org.). Poder e dinheiro. *Uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FIORI, José Luis & MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FONSECA, Pedro. “Do progresso ao desenvolvimentismo: Vargas na Primeira República” In: ANPEC, 2004.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/EPSJV, 2010.

HIRSCHMAN, Albert. “Ascensão e declínio da Economia do Desenvolvimento”, *Revista de Ciências Sociais*, v. 25, n. 1, 1982.

KAY, Cristóbal. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London/New York: Routledge, 1989.

LOVE, Joseph. “The origins of Dependency Analysis”, *Journal of Latin American Studies*, Vol. 22, nº 1, 1990.

LUCE, Mathias. O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003 - 2007). *Dissertação de Mestrado*, UFRGS, 2007.

LUKÁCS, György. Lenin. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. “Estado y crisis en Brasil.” *Cuadernos Políticos*, nº 13, julho-setembro de 1977.

_____. *América Latina. Dependência e integração*. São Paulo: Página Aberta, 1992.

_____. “La crisis del pensamiento latinoamericano y el liberalismo.” In: CARMONA, Fernando (coord.), *América Latina: hacia una nueva integración*. México DF: IIEC/UNAM, 1993.

_____. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Ed. Insular/IELA, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. *Tese de Doutorado*, Departamento de Sociologia, USP, 2003.

MEIER, Gerald & SEERS Dudley. *Pioneers in development*. New York: World Bank, 1985.

MELLO, João Manuel Cardoso de & BELLUZZO Luiz Gonzaga de Mello. “Reflexões sobre a crise atual.” In: COUTINHO, Renata & BELLUZZO Luiz Gonzaga de Mello (org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982.

OSORIO, Jaime. *El Estado en el centro de la mundialización*. La sociedad civil y el problema del poder. México DF: FCE, 2004.

_____. “A ruptura entre economia e política no mundo do capital”, *Em Pauta*, n. 31, vol. II, 2013.

PREBISCH, Raúl. “Estudio económico de América Latina, 1949”, In: GURRIERI, Adolfo Gurrieri (org.). *La obra de Prebisch en la CEPAL*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1982.

RAMA, Angel. *La ciudad letrada*. Montevideo: Arca, 1998.

SUNKEL, Osvaldo & PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México DF: Siglo XXI Editores, 2004 (27ª edición).

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1975.

TRASPADINI, Roberta. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1999.

Wallerstein, Immanuel. *The politics of world-economy*. New York: Cambridge University Press, 1988.

_____. *The capitalist world-economy*. New York: Cambridge University Press, 1991.

_____. *Después del liberalismo*. México DF: Siglo XXI Editores, 2003.

_____. *Impensar las ciencias sociales. Límites de los paradigmas decimonónicos*. México DF: Siglo XXI Editores, 2007.

Notas

1. Sobre isso há diversas referências na obra de Wallerstein (1991 [1979]; 1988 [1984]; 2007 [1991]; 2003 [1996]). Ver também Corbridge (ed.). 2000. Segundo Cowen e Shelton (2000, p. 29), “[...] o desenvolvimento é uma prática de Estado enraizada no século XIX [...] emergiu no século XIX como contraponto a ‘progresso’. Desenvolvimento emergiu para mitigar a percepção de caos causada pelo progresso”.

2. Itálicas nossas. Consulta na seguinte página: http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr__archive/inagural20jan1949.htm

3. Para ser mais preciso, o “desenvolvimento” como meta e em contraste com a “exploração” já aparecia em discursos da elite inglesa por volta dos anos 1930. Também o termo “subdesenvolvimento” já começava a circular em alguns meios. Contudo, eram palavras e ideias restritas, não generalizadas para o âmbito mundial.

4. Em relação ao eurocentrismo, vale dizer que se trata de “uma expressão mais cultural que cartográfica; neste sentido, na discussão em torno aos últimos dois séculos [XIX e XX], referimo-nos principal e conjuntamente a Europa ocidental e a América do Norte” (WALLERSTEIN, 2002, p. 191).

5. As aspas são de trechos retirados da “Mensagem Especial ao Congresso sobre a Grécia e a Turquia”, proferida por Harry Truman no dia 12 de março de 1947, mensagem esta que deu origem à Doutrina Truman.

6. Existe ampla bibliografia sobre este tema. Para uma visão clara e resumida, ver Aricó (2012) e Osorio (2013).

7. Mais elementos teóricos sobre o que se entende aqui por “ideologia do desenvolvimento” estão no primeiro capítulo da tese *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo* (CORREA PRADO, 2015), de onde se originou o presente ensaio.

8. Uma seara acadêmico-ideológico-política que pouco depois seria coadjuvada por aquilo que se conheceu como “sociologia do desenvolvimento” ou “sociologia da modernização”, representada, por exemplo, pelos trabalhos de Bert Hoselitz, Talcott Parsons, entre muitos outros.

9. A obra mais difundida de balanço da “economia do desenvolvimento” é de Albert Hirschman (1982), sendo ele mesmo um importante teórico deste campo de estudo. Para uma síntese desse debate, inserindo nele a obra de Celso Furtado, ver Borja (2011).

10. Em 1984 mudou ligeiramente seu nome, incluindo o Caribe: Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

11. Para uma análise da unidade diferenciada em termos de desenvolvimento das relações capitalistas na região, ver Bambera (2012 [1974]) e Cueva (1979).

12. Daí a possibilidade de argumentar, com certa razão, que, no caso do Brasil, o desenvolvimentismo tem origem nos anos 1930, com as políticas de defesa da produção nacional pelo primeiro governo de Getúlio Vargas. Sobre este tema, ver Fonseca (2004).

13. Para Joseph Love (1990, p. 377), “a tese de Prebisch [sobre o sistema centro-periferia] é a ideia que exerceu maior influência sobre o estudo de qualquer economia ou sociedade que alguma vez surgiu na América Latina”. Segundo Tomás Amadeo Vasconi (s/f, p. 12), com a contribuição da CEPAL foi “a primeira vez que se tentou sistematicamente, cientificamente, a ‘latino-americanização’ dos estudos”.

14. Para uma definição sintética e simultaneamente completa da perspectiva histórico-estrutural, ver Bielschowsky (2000b; 2001).

15. Cabe notar, contudo, que essas teses não iam muito além do que havia sido teorizado na ampla controvérsia sobre o imperialismo, no início do século XX.

16. Sobre o período da contrarrevolução e o surgimento do Estado de contrainsurgência, ver Marini (1979).

17. Sobre o contexto de surgimento da controvérsia da dependência, ver Bambera (1978).

18. Neste sentido, imputar as teses do estagnacionismo às análises da dependência, em particular da corrente marxista, é um erro tremendo, embora muito comum na história das ideias produzidas no Brasil.

19. É comum encontrar uma divisão entre duas ou três grandes correntes que pensaram a América Latina utilizando de modo central a categoria de dependência. Entre os que dividem em duas vertentes, há também diferentes formas de abordagem: weberianos e marxistas (MARTINS, 2003; SOTELO VALENCIA, 2005); reformistas e revolucionários (KAY, 1989); nacionalistas/reformistas e socialistas/revolucionários (CHILCOLTE, 1984). Outros, por diferentes critérios, dividem em três correntes, nem sempre coincidentes (PALMA, 1979; FIORI, 1999; BRESSER-PEREIRA, 2005).

20. No Brasil, durante a ditadura militar e mesmo depois da “abertura lenta, gradual e segura”, foi se construindo um pensamento dominante em torno do tema da dependência centrado em grande medida na perspectiva defendida por Fernando Henrique Cardoso, de tal modo que se firmou um amplo desconhecimento – e até mesmo deformação – das contribuições inscritas na tradição marxista. Sobre este tema, ver Correa Prado (2011) e Correa Prado e Castelo (2013).

21. Entre as diversas formas de apagar este debate, é possível destacar uma que tem especial importância aqui, pois apresenta uma forma particular de entender as questões que moveram a controvérsia da dependência. Segundo Fernando Henrique Cardoso – e depois dele, muitos outros –, a questão desta controvérsia se resumiria à viabilidade ou inviabilidade do desenvolvimento capitalista na periferia, sendo que, de acordo com essa leitura, aqueles autores mais ligados à luta revolucionária caracterizar-se-iam por serem “catastrofistas”, “estagnacionistas”, defensores da “inviabilidade do desenvolvimento capitalista no Brasil”, algo que é, quando menos, simplesmente incorreto. Autores como Andre Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini trataram de compreender precisamente como se dava o desenvolvimento capitalista nas especificidades da região, tendo como questão motora a superação desse desenvolvimento capitalista e a construção do socialismo na América Latina. E, no caso de Marini, suas análises do período apontaram para temas fundamentais e que atualmente voltam a ser tratados, como a questão do subimperialismo brasileiro e a crítica da estratégia democrático-burguesa na luta pelo socialismo. Sobre esses temas, ver Marini (2012).

22. É sempre bom lembrar que, por trás da ditadura militar estava o famoso tripé formado pelo grande capital nacional, grande capital internacional e Estado. Aqui se utiliza como sujeito a ditadura militar, pois ela representava o Estado, cuja força e “autonomia relativa” nos países dependentes foi bastante destacada por diversas correntes teóricas e a partir de diversos conceitos. Para argumentar essa utilização de forma sintética, cabe uma citação de Ruy Mauro Marini

em seu texto “Estado y crisis en Brasil” (1977, p. 77): “[...] desde cualquier ángulo que consideremos la autonomía relativa del Estado en nuestros países [de América Latina], ésta sólo se entiende como resultado de contradicciones de clases inherentes a la situación de dependencia. Es por tanto evidente que esa autonomía tiende a acentuarse al presentar una crisis en el proceso de reproducción de capital en nuestros países, dado que toda crisis agudiza las contradicciones de clases. Por esta razón, al considerar las perspectivas de la actual crisis brasileña, nuestra atención se dirige preferentemente hacia el Estado, debido al margen de autonomía que la crisis le da para plantear un proyecto de superación de la misma”.

23. A leitura do documento do II PND é muito sugestiva. Para ilustrar apenas o ponto que foi tocado na seção anterior, vale destacar uma passagem que abre a parte sobre os “objetivos e opções nacionais” do programa, na qual se condensam várias palavras-chave do desenvolvimentismo sob a ditadura militar: “Em consonância com o binômio Desenvolvimento e Segurança, objetiva a Revolução construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida — moderna, progressista e humana.”

24. Marini ainda argumenta que seria “por esse caminho que se vão infiltrando os elementos que abrirão, mais tarde, as portas para a penetração do neoliberalismo” (1992, p. 98). E cita um trecho elucidativo de Raúl Prebisch em seu livro *La crisis del desarrollo argentino*, escrito em 1986: “Quando nos Estados Unidos viram o perigo que nossas ideias representavam para suas verdades consagradas e não conseguiram a fusão da CEPAL com os serviços similares da OEA, empreenderam nos anos cinquenta uma ação sistemática para contrarrestar-nos e elegeram Santiago do Chile, sede da CEPAL, para desenvolver sua campanha, que se estendeu a toda a América Latina, mediante o envio gratuito de professores e a outorga generosa de bolsas. A base de lançamento foi o neo-classicismo; o liberalismo econômico na Argentina e em outros países não foi de geração espontânea” (*apud* MARINI, 1992, p. 108).

25. Para uma ampla análise crítica desta alternativa e suas expressões teóricas na obra de Fernando Henrique Cardoso, ver Traspadini (1999).

26. Daí que aparecesse como novidade, em 1977, que “a periferia não pode ser tomada como um todo homogêneo”, dada as “mudanças recentes impostas à divisão internacional do trabalho” (COUTINHO & BELLUZZO, 1982, p. 27-28), algo que Marini alertava desde pelo menos 1965 quando publica na *Monthly Review* seu texto “Imperialist Integration and Brazilian Interdependence”, que depois seria incorporado em *Subdesarrollo y revolución*, de 1969.

27. Para uma sintética e excelente crítica ao politicismo e ao economicismo das análises sobre o Estado latino-americano, ver Osorio (2004).

28. As últimas aspas foram retiradas do texto “Reflexões sobre a crise atual”, escrito em 1977 por João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. O trecho faz parte da conclusão do texto, na qual, após notar que a “maior razão do seu fracasso [do II PND] foi determinada pela incapacidade de se ajustar os interesses da grande empresa estatal, grande empresa nacional privada e corporação multinacional”, de modo que “nenhum dos interesses é capaz de se impor, viabilizando o objetivo fixado pelo Estado”, diz o seguinte (1982, p. 158): “o chamado setor produtivo estatal não possui autonomia financeira suficiente para saltar à frente e liderar a expansão futura [...] Por outro lado, a grande empresa internacional, diante da crise mundial, mantém um comportamento cauteloso: não está disposta a se envolver em projetos por demais ambiciosos, nem a investir sem que lhe sejam oferecidas vantagens de monta. Não está comprometida com os nossos destinos, como potência capitalista, mas sabe muito bem que o avanço do capitalismo no Brasil não será logrado sem sua larga participação. Nestas condições, é utopia crer que será possível dinamizar o capitalismo, ferindo os interesses fundamentais da grande empresa internacional”. E segue, para finalizar: “Dissemos acima que estes eram os problemas essenciais. Uma vez resolvidos, certamente estará definida uma política econômica de curto prazo, compatível com os rumos da expansão futura. E a condição *sine qua non* para a superação das dificuldades presentes exige que a sociedade brasileira resolva o impasse político que a paralisa”.

29. E vale ainda dizer, de passagem, que, neste processo, criou-se também o contexto para a volta à questão, não apenas da riqueza das nações – ou do desenvolvimento –, mas da transição para o socialismo, com o chamado pelo “socialismo do século XXI”.

30. E esta afirmação também pode valer para as mais recentes propostas autotituladas de “social-desenvolvimentistas”. Para duas excelentes análises sobre o tema, ver Feldmann (2013) e, em especial, Castelo (2012; 2012b).

31. Essas medidas vagas são descritas da seguinte forma (FIORI, 2011): “Passado a limpo, trata-se de um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas, e que se propõem fortalecer, simultaneamente, o estado e o mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os grandes “campeões nacionais”; o público e o privado; a política industrial e a abertura; e uma política fiscal e monetária, que seja ao mesmo tempo ativa e austera.”

32. Ironicamente, até diz em nome de quem: do “desenvolvimento”. Isso fica evidente na proposta de Luiz Carlos Bresser-Pereira, quando sintetiza seu ideário novo-desenvolvimentista: “O desenvolvimento, hoje, depende de uma grande e informal aliança entre empresários do setor real, técnicos públicos e privados, e trabalhadores – ou seja, dos detentores do capital e da capacidade empresarial, do conhecimento técnico e organizacional, e da força de trabalho: os três elementos essenciais do desenvolvimento.” De fato, não

há muita novidade em relação ao velho desenvolvimentismo, tendo em vista que “o desenvolvimentismo foi a ideologia da burguesia industrial latino-americana, especialmente daquela que, respondendo a um maior grau de industrialização e compartilhando o poder do Estado com a burguesia agrário-exportadora, trata de ampliar seu espaço a expensas desta, recorrendo para isso à aliança com o proletariado industrial e a classe média assalariada” (MARINI, 1992, p. 79).

33. Com base nessas linhas gerais, ao longo das décadas de 1990 e 2000, esse programa de pesquisa se plasmou em diversos livros coletivos: Poder e Dinheiro. *Uma economia política da globalização* (FIORI & TAVARES [orgs.], 1997); *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (FIORI [org.], 1999); *Polarização mundial e crescimento* (FIORI & MEDEIROS [orgs.], 2001); e *O poder americano* (FIORI [org.], 2004).

34. A elaboração lógica e analítica dessa nova perspectiva tem sido apresentada, de forma sistemática, em textos mais recentes (FIORI, 2004; 2007; 2008).

35. Para precisar o que se entende como “horizonte utópico”, não é preciso ir além do “desenvolvimentismo” em sua melhor expressão, neste caso representada por Celso Furtado, que, sem perder seu *ethos* desenvolvimentista, ao final de sua vida, situou esse horizonte de forma clara (2000, p. 5): “Ora, o utópico muitas vezes é fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidades abertas a uma sociedade”.

Por sua vez, como “realismo”, entende-se aqui a tendência a expressar, explícita ou implicitamente, a impossibilidade de um mundo alternativo; uma atitude que também pode ser vista como “clássica”, que assume como espontânea a subsunção do processo da vida social à história da acumulação, seja de poder, seja de capital.

E como “crítica” – “implacável, impiedosa”, tal como sugere Marx no trecho citado de sua instigante carta a Arnold Ruge, datada de setembro de 1843 –, entende-se “o discurso capaz de se apropriar do saber formado a partir da objetividade capitalista, submetê-lo à ação destrutora de seus significados produzidos espontaneamente pelos ‘escravos modernos’ e recompô-lo de tal modo que os vazios deixados pelo discurso burguês que o produziu se tornem evidentes em sua sistematicidade, dando lugar ao saber necessário para a revolução” (ECHEVERRÍA, 2011, p. 191).

